

EDITORIAL

O contexto contemporâneo impõe crescentes desafios que apontam a necessidade de pensar a complexidade, a diversidade e o diálogo entre os saberes na construção do conhecimento. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), surgiu em 2014 justamente com a perspectiva de enfrentar esses desafios e considerar questões que se originam de intersecções, cruzamentos e redes. Em decorrência, tornou-se imprescindível a criação de um veículo capaz de expressar esse esforço de reflexão teórica interdisciplinar, pautada nas temáticas que se organizam no programa em suas três linhas de pesquisa: socioeconomia e saberes locais; redes sociais e políticas públicas; ecologia e biodiversidade.

Com esse desenho nasce a *Guaju* – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Seu nome, na região que a abriga, significa mutirão, trabalho coletivo que é amplamente utilizado nas práticas das comunidades caiçaras. Num contexto mais amplo, remete à ideia de um esforço conjunto, interdisciplinar, capaz de promover o diálogo entre saberes, bem como entre diferentes localidades. Por um lado, reforça sua identidade local e interdisciplinar; por outro, abre-se a inúmeras possibilidades de se conectar com outros espaços, estabelecendo redes que se inscrevam na intersecção entre natureza, cultura e sociedade e entre local, regional e global.

E é esse o espírito de *Guaju* no seu número inaugural. Oito artigos, elaborados por pesquisadores com formação acadêmica distintas, que se debruçam sobre o território a partir de perspectivas e escolhas teórico-metodológicas diferenciadas. O resultado é extremamente rico e permite tanto delinear um panorama amplo de como as questões territoriais vêm sendo abordadas, quanto pensar especificidades regionais.

No primeiro artigo, *Gestão territorial e economia social e solidária: uma análise pela reciprocidade*, Eric Sabourin reflete sobre a contribuição do princípio da reciprocidade para o desenvolvimento territorial, destacando três abordagens teóricas construídas em torno do conceito: governança dos recursos comuns, economia solidária e teoria da reciprocidade. Por meio delas, são utilizados estudos brasileiros para pensar o uso da reciprocidade no desenvolvimento territorial sustentável.

O conceito de codesenvolvimento permeia as duas próximas discussões desenvolvidas na região do litoral paranaense. Valdir Denardin, em *Sustentabilidade de alternativa de produção desenvolvida por agricultores familiares em unidades de conservação no litoral do Paraná*, analisa a sustentabilidade das farinheiras, utilizadas para agroindustrializar e comercializar a farinha de mandioca em unidades de conservação. Carla Gomes, Luciano Florit, Cinthia Abrahão e Carlos Sampaio centram sua investigação na cidade de Morretes, precisamente nas práticas da agricultura familiar na microbacia do Rio Sagrado. *Agriculturas e naturezas no território rural: o caso da microbacia do Rio Sagrado em Morretes (PR)* sublinha a necessidade de considerar diversas possibilidades presentes no território para pensar o desenvolvimento, incluyente e sustentável.

Outro território, questões semelhantes. O cultivo e a produção de mandioca realizada por agricultores de comunidades tradicionais também estão presentes em *Política territorial e os agricultores tradicionais do território da baixada cuiabana, Mato Grosso*, de Gabriela Coelho de Souza e Cleomara Nunes do Amaral. As autoras refletem sobre o Território da Cidadania da Baixada Cuiabana e sua influência sobre as comunidades tradicionais, destacando os desafios de se conciliar práticas antigas e políticas de conservação da sociobiodiversidade.

As políticas públicas perpassam as análises desenvolvidas nos próximos dois artigos, ainda que em contextos bem diferenciados. Cimone Rozendo, em *Mudanças climáticas e convivência com o semiárido na agenda pública do Seridó Potiguar*, dedica-se ao tema das transformações climáticas na região do Seridó Potiguar, Rio Grande do Norte. Rozendo aponta para a marginalidade do tema na agenda pública, apesar dos sérios problemas provocados pela seca nos municípios da região. Sérgio Azevedo Fonseca, por sua vez, volta-se para a Política Nacional de Resíduos Sólidos no artigo intitulado *Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos: mito ou realidade?* Sua pesquisa, realizada nos 26 municípios da Região Administrativa Central do estado de São Paulo, procura identificar os estágios em que estes se encontram na elaboração dos planos, bem como as suas principais dificuldades, comumente de ordem técnica e administrativa.

O sudoeste e o oeste do estado do Paraná são as regiões que viabilizaram as pesquisas dos dois últimos artigos aqui apresentados, de natureza e enfoque distintos. Marcos Aurelio Saquet e Luiz Carlos Flávio resgatam e avaliam um projeto de pesquisa e extensão universitária que buscou atuar na construção de uma vida mais justa, na consolidação da cidadania e no direito à cidade em *Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiência do projeto vida no bairro – Francisco Beltrão (PR)*. Já Rubia Carla Formigieri Giordani apresenta uma bela argumentação sobre a concepção do território indígena em *Os guarani no oeste paranaense e a (re)constituição de territórios originários*. Com base em referenciais históricos e etnográficos, Giordani aborda os desafios dos guarani na manutenção de seu “modo de vida autêntico”, diante das transformações geopolíticas ocorridas nas últimas seis décadas.

Por fim, resta dizer que *Guaju* faz agora um convite para o debate permanente e interdisciplinar de ideias em torno de questões sobre o desenvolvimento territorial sustentável. Boa leitura!

Marisete T. Hoffmann-Horochovski